



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

1 A discussão sobre “centro” e “periferia” no pensamento brasileiro vincula-se a elaborações que se dão num âmbito mais amplo, latino-americano. O primeiro locus importante onde se procura interpretar a relação

5 entre esses dois polos é a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pouco depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947.

É possível encontrar antecedentes a esse tipo de análise na teoria do imperialismo. No entanto, a elaboração anterior à CEPAL preocupava-se principalmente com os países capitalistas avançados, interessando-se pelos países “atrasados” na medida em que desenvolvimentos ocorridos neles repercutissem para além deles.

10

15 Também certos latino-americanos, como o brasileiro Caio Prado Jr., o trinidadense Eric Williams e o argentino Sérgio Bagu, haviam chamado a atenção para a vinculação, desde a colônia, da sua região com o capitalismo mundial. Não chegaram, contudo, a desenvolver tal percepção de maneira mais sistemática.

20

Já no segundo pós-guerra, ganha impulso uma linha de reflexão que sublinha a diferença entre centro e periferia, ao mesmo tempo que enfatiza a ligação entre os dois polos. Na verdade, a maior parte das teorias sociais, econômicas e políticas, apesar de terem sido elaboradas de forma ligada às condições particulares dos países desenvolvidos do Atlântico Norte, as tomava como tendo validade universal. Assim, o marxismo, a teoria da modernização e a economia neoclássica tendiam a considerar que os mesmos caminhos seguidos pelas sociedades em que foram formulados teriam que ser trilhados pelo resto do mundo, “atrasado”.

25

30

(RICUPERO, Bernardo. “O lugar do centro e da periferia”. In: **Agenda brasileira:** temas de uma sociedade em mudança. André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 94)

1. No texto, o autor

- (A) propõe a reformulação de dois conceitos importantes no pensamento brasileiro – o “centro” e a “periferia” –, tecendo reflexão que admite recuperar as apresentadas nas últimas décadas por teorias sociais, econômicas e políticas.
- (B) reconhece o pioneirismo da teoria do imperialismo no que se refere à análise do diálogo entre “centro” e “periferia”, identificando nela a desejável equanimidade no valor atribuído a cada um dos polos.
- (C) correlaciona a temática do “centro” à da “periferia”, e, construindo relação homóloga, obriga-se a estabelecer também correlação entre o pensamento brasileiro e o latino-americano.
- (D) está interessado em caracterizar o pensamento brasileiro no que se refere ao exame das relações entre “centro” e “periferia”, o que não o dispensou de citar linhas interpretativas do tema que se aproximam desse pensamento e as restrições que faz a elas.
- (E) historia cronologicamente o caminho percorrido pelo pensamento latino-americano desde o início das discussões sobre “centro” e “periferia” até o momento em que se fixa na determinação das diferenças entre os dois conceitos.

2. É possível encontrar antecedentes a esse tipo de análise na teoria do imperialismo. No entanto, a elaboração anterior à CEPAL preocupava-se principalmente com os países capitalistas avançados, interessando-se pelos países “atrasados” na medida em que desenvolvimentos ocorridos neles repercutissem para além deles.

Considerado o trecho acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) A possibilidade referida na frase inicial é descartada, como o comprova o fato de, na segunda frase, nada mais se abordar do assunto mencionado.
- (B) Observado que ocorrem aspas em países “atrasados” e que não são usadas em países capitalistas avançados, conclui-se que o autor as emprega para relevar seu julgamento quanto aos países que se defrontam com os países capitalistas avançados.
- (C) O emprego de *principalmente* sinaliza que a *elaboração anterior à CEPAL* tinha sua atenção dirigida a países com distintos graus de desenvolvimento.
- (D) A clareza do texto exige o entendimento de que os segmentos os *países capitalistas avançados* e (*pelos países “atrasados”*) são retomados, na última linha, respectivamente, por *deles* e *neles*.
- (E) O sinal gráfico indicativo da crase está adequadamente empregado em *à CEPAL*, mas se, em vez de *Comissão*, tivesse sido empregada uma palavra masculina, o padrão culto escrito abonaria unicamente o emprego de **a**.

3. O texto legitima o seguinte comentário:

- (A) (linhas 15 a 17) se a caracterização de *Caio Prado Jr.*, *Eric Williams* e *Sérgio Bagu* fosse eliminada, a argumentação não perderia intensidade, pois eles são citados meramente como exemplos.
- (B) (linha 18) no segmento *da sua região*, o pronome remete às regiões indicadas tanto pelos adjetivos pátrios específicos, quanto pelo adjetivo pátrio que reporta ao processo de colonização.
- (C) (linha 20) a expressão *tal percepção* evidencia que se nega a *Caio Prado Jr.*, *Eric Williams* e *Sérgio Bagu* a categoria de pensadores, dado que não se reconhece alguma organização intelectual na intuição que tiveram.
- (D) (linhas 21 a 24) o segmento *ganha impulso uma linha de reflexão que sublinha a diferença entre centro e periferia, ao mesmo tempo que enfatiza a ligação entre os dois polos* exprime a evolução simultânea de duas ações opostas, uma de desvalorização, outra de valorização.
- (E) (linha 24) A expressão *Na verdade* introduz esclarecimento acerca das teorias citadas, indicando com precisão que elas se preocupam com a universalidade, e não exatamente com a questão do centro e da periferia.

4. A única afirmação INCORRETA sobre a forma transcrita do texto é:

- (A) (linha 2) *vincula-se* / o tempo e o modo verbais indicam que a ideia é tomada como verdadeira.
- (B) (linha 10) *preocupava-se* / a forma verbal designa que o fato é concebido como contínuo.
- (C) (linha 11) *interessando-se* / esse gerúndio, colocado depois do verbo principal – *preocupava-se* –, indica uma ação simultânea ou posterior, e pode ser legitimamente considerado equivalente a “e interessava-se”.
- (D) (linha 13) *repercutissem* / essa forma subjuntiva enuncia a ação do verbo como eventual.
- (E) (linha 31) *teriam* / constitui forma polida de presente, atenuando a ideia de obrigação ou dever.



Atenção: As questões de números 5 a 11 referem-se ao texto abaixo.

- 1 *Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso. Era um detalhado estudo sobre “Cidadão Kane” (1941), espertamente intitulado “Raising Kane” (trocadilho com a expressão “to raise Cain”, que significa algo como “gerar reações inflamadas”).*

No texto – que integra a coletânea “Criando Kane e Outros Ensaios”, publicada no Brasil em 2000 –, Pauline defendia que o roteirista Herman J. Mankiewicz era a força criativa por trás do filme, mais importante até que o diretor, Orson Welles (1915-85). Ela queria fazer justiça a Mankiewicz, que caíra em esquecimento, enquanto Welles entrara para a história com a reputação de gênio maldito, frequentemente reivindicando para si as principais qualidades de “Kane” e a coautoria do roteiro – embora Pauline jurasse que Welles não escrevera nem sequer uma linha do script.

Independentemente do quanto de justiça e verdade “Raising Kane” trazia (o artigo foi bastante contestado na época), surgem agora evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido. A crítica teria baseado o seu artigo nos estudos realizados por outra pessoa – Howard Suber, pesquisador da UCLA (Universidade da Califórnia, em Los Angeles), que colaborou com Pauline, mas que, por fim, não foi sequer mencionado no texto final.

(Bruno Ghetti. “Méritos de Pauline: o retrato de uma crítica”. **Folha de S. Paulo**, ilustríssima, cinema, domingo, 11 de dez. de 2011. p. 6)

5. No excerto, o autor, crítico de cinema,
- (A) faz referência a dados biográficos e a específico artigo de *Pauline Kael*, também crítica de cinema, com o objetivo de produzir um tributo à trajetória da americana.
- (B) esquadrinha a composição de coletânea sobre específica criação de *Orson Welles*, em que se inclui célebre artigo de crítica de cinema americana.
- (C) faz reparo, em função de direito suposto, a atitude de *Pauline Kael*, considerando-a comportamento antiético e apenável.
- (D) resguarda-se de julgar o mérito do artigo de *Pauline Kael* sobre “Cidadão Kane”, não sem, entretanto, atribuir à crítica a malícia de provocar com ele afevorados movimentos de opinião.
- (E) dá ciência do comportamento de *Pauline Kael*, há décadas, quando escreveu sobre *Orson Welles*, e legitima tanto a defesa que ela fazia do roteirista Herman J. Mankiewicz, quanto a reputação de gênio maldito de que o diretor gozava.

6. *Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso.*

Considerado o acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) Na frase, há duas informações prestadas de modo subentendido.
- (B) Se em vez de *Há 40 anos* fosse outra a formulação, esta estaria correta: “Devem fazer uns 40 anos”.
- (C) Se *Há 40 anos* fosse deslocado para o fim da frase, não haveria alteração de sentido, pois o contexto não contém contraponto que justificasse ter sido dado relevo ao segmento por meio de sua colocação no início do enunciado.
- (D) Considerados (I) *a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos* e (II) *seu artigo mais famoso*, a ausência, em II, do determinante destacado em I sinaliza que, numa dada escala, I ocupa lugar significativamente mais elevado do que o lugar ocupado por II.
- (E) A forma verbal *publicava* foi empregada para denotar uma ação passada habitual ou repetida.

7. Considerado o segundo parágrafo, é correto afirmar:

- (A) (linha 9) O padrão culto escrito legitima tanto a forma *defendia que*, como a forma “defendia de que”.
- (B) (linha 10) O emprego de *até* denota que, considerada uma gradação, se tem a expectativa de que a força criativa de maior grandeza seja a do diretor do filme.
- (C) (linha 11) Substituindo *Ela queria fazer* por “Ela tensionava fazer”, o sentido e a correção originais estariam preservados.
- (D) (linha 13) A expressão *entrara para a história* estaria corretamente substituída por “passou a figurar no conjunto de conhecimentos relativos ao passado do cinema e sua evolução”.
- (E) (linha 14) A ideia negativa presente na caracterização de *gênio (gênio maldito)* está também marcada na palavra *reputação*.

8. *Ela queria fazer justiça a Mankiewicz, que caíra em esquecimento, enquanto Welles entrara para a história com a reputação de gênio maldito, frequentemente reivindicando para si as principais qualidades de “Kane” e a coautoria do roteiro – embora Pauline jurasse que Welles não escrevera nem sequer uma linha do script.*

Outra redação para o trecho destacado, que preserva o sentido e a correção originais, é:

- (A) a despeito de Pauline jurar que Welles não tinha escrito nem ao menos uma linha do script.
- (B) apesar de Pauline negar a Welles o mérito de escrever mais do que uma linha do script.
- (C) não obstante Pauline jurava que Welles não tinha escrito nem sequer uma linha do script.
- (D) mesmo tendo sabido que Pauline jurou: “Welles não escreve ainda que seja uma linha do script”.
- (E) apesar da crítica Pauline jurar que Welles não escrevia pelo menos uma linha do script.



9. *Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia (o artigo foi bastante contestado na época), surgem agora evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido. A crítica teria baseado o seu artigo nos estudos realizados por outra pessoa – Howard Suber, pesquisador da UCLA (Universidade da Califórnia, em Los Angeles), que colaborou com Pauline, mas que, por fim, não foi sequer mencionado no texto final.*

Afirma-se com correção sobre o acima transcrito:

- (A) Os parênteses em (o artigo foi bastante contestado na época) acolhem a razão da ressalva expressa anteriormente.
- (B) *Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia* equivale à forma correta "Independente que "Raising Kane" tivesse de justiça e verdade".
- (C) Entende-se corretamente que a palavra *agora* remete ao exato instante em que o leitor realiza a leitura do texto.
- (D) O emprego de *teria* em *teria baseado* sinaliza a presença de uma hipótese que, pelo contexto, é improvável.
- (E) Em *surgem agora evidências de que*, o emprego do segmento destacado é determinado pelo verbo presente na frase.

10. Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso.

Transpondo a frase destacada para a voz passiva, a forma verbal encontrada é:

- (A) publicaram.
- (B) havia sido publicado.
- (C) publicou-se.
- (D) tinha publicado.
- (E) era publicado.
11. Considere os itens abaixo. Em cada um deles, encontram-se a transcrição de um segmento do texto e o mesmo segmento pontuado de maneira diferente da original.

I. (linhas 14 a 16) *frequentemente reivindicando para si as principais qualidades de "Kane" e a coautoria do roteiro / frequentemente reivindicando, para si, as principais qualidades de "Kane" e a coautoria do roteiro*

II. (linhas 18 a 20) *Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia (o artigo foi bastante contestado na época), / Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia – o artigo foi bastante contestado na época –*

III. (linhas 20 a 22) *surgem agora evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido. / surgem agora, evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido.*

O padrão culto escrito abona a nova pontuação de

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

12. A frase correta do ponto de vista da grafia é:

- (A) Era grande a insidência de casos de enjoo quando era servido aquele alimento, por isso o episódio não foi tratado como exceção, atitude que garantiu o êxito das providências.
- (B) Em meio a tanta opulência da mansão leiloada, encontrou a geringonça que, tratada criativamente por ele, garantiu por anos seu apoio a entidades beneficentes.
- (C) Seus gestos desarmônicos às vezes eram mal compreendidos, mas seu jeito afável de falar, sem resquícios de mágoa, revelava sua intenção de restabelecer a paz entre os familiares.
- (D) Defendeu-se dizendo que nunca pretendeu axincalhar ninguém, mas as suas caçoadas realmente humilhavam e incitavam à malediscência.
- (E) Sempre ansiosos, desenrolaram no saguão apinhado a faixa com que brindavam os recém-formados, com os seguintes dizeres: "Viagem bastante e divertam-se, nobres doutores".

13. Considerado o padrão culto escrito, a frase que NÃO exige correção é:

- (A) No memorial do professor está registrado que ingressou para a universidade em idade inferior à determinada pela lei.
- (B) O fato que o acusado se recusa a dar detalhes é o que mais pesará na decisão dos jurados.
- (C) O movimento que me filiei nos anos 70 foi grandemente responsável pela renovação da pintura no Brasil.
- (D) Esta é, enfim, a parca remuneração da qual arco totalmente com as despesas da casa.
- (E) Os valores por que tantos lutaram e morreram não serão jamais esquecidos, pois nossa geração se dedicará a lembrá-los a cada passo.

14. A frase construída em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Qualquer que sejam os motivos alegados pela comissão para justificar o atraso, lhes devem ser repassadas as anotações acerca dos itens em que houve perda do prazo de entrega anteriormente acordado.
- (B) Demos a eles a notícia que mais almejam e passemos nosso olhar sobre seus semblantes: o que veremos surpreenderá, pois será muito mais do que alguém possa supor.
- (C) O empreiteiro jura que reconstrói a laje danificada em poucos dias, mas existe, na avaliação do engenheiro e do arquiteto, sérias dúvidas quanto à possibilidade de isso ser possível.
- (D) Pelo que tudo indica, os responsáveis pela empresa não de questionar a advertência que lhes foi feita pelo setor de cobranças, que, durante dias, os procurou para tratar do assunto em pendência.
- (E) Registram-se em livros de história que aqueles artesãos eram bastante hábeis com as ferramentas que eles mesmo produziam, o que lhes garantiu a fama de burilar com criatividade qualquer tipo de material.



15. A frase que respeita o padrão culto escrito é:

- (A) Tudo que fizeram afim de angariar a simpatia do diretor pela proposta não deu bons frutos, por isso não lhes restaram, conforme estavam todos de acordo, outra idéia a não ser agregar valor ao projeto inicial.
- (B) Os jornalistas não creem que existam documentos espúrios em meio àqueles já examinados, e isso por que já haviam feito cuidadosa checagem, todavia, a transparência impondo, voltarão a tarefa de imediato.
- (C) A questão ficou cada vez mais descaracterizada quando, logo depois da visita o antropólogo defendeu que aquelas dificuldades não se restringiam para as nações indígenas daquela região, sendo mais universal.
- (D) A manutenção e apoio ao grupo de escoteiros dependem dele aceitar a contrapartida dos empresários, que não é, aliás, nada abuso, visto que eles executam as tarefas solicitadas cotidianamente, sem desgaste exaustivo.
- (E) Não obstante a grande aprovação recebida pelos candidatos da legenda, não se ignora que, se não revirem suas plataformas, cujas bases têm fragilidades que só há pouco os analistas expuseram, sairão lesados em futuro bem próximo.

Noções de Informática

16. No *Windows XP*, sempre que um programa, pasta ou um arquivo é aberto, ele aparece na tela em uma caixa ou moldura chamada janela e, um botão associado a essa janela é criado na barra de tarefas. Para selecionar a janela corrente, basta clicar no botão correspondente na barra de tarefas. A alternância entre a última janela aberta e a janela corrente é possível por um atalho de teclado, pressionando-se simultaneamente as teclas

- (A) ALT e TAB.
- (B) CTRL e ALT.
- (C) CTRL e SHIFT.
- (D) SHIFT e DEL.
- (E) CTRL, ALT e DEL.

17. Sobre o *Firewall* do *Windows XP*, considere:

- I. É um recurso para ajudar a impedir que *hackers* ou *softwares* mal-intencionados obtenham acesso ao seu computador através de uma rede ou da Internet.
- II. Pode impedir, quando corretamente configurada, que o computador envie *software* mal-intencionado para outros computadores.
- III. Pode analisar o conteúdo de mensagens enviadas por uma rede local e bloqueá-las, caso partes da mensagem apresentem conteúdo nocivo.

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

18. Devido ao modo de armazenamento do histórico de acesso em navegadores, é possível para diferentes usuários acessando um mesmo computador visualizar e até utilizar informações de outro usuário deste histórico ou arquivos armazenados pelos navegadores (*Cookies*). No *Internet Explorer 9* é possível navegar de forma privada onde não será mantido o histórico de navegação por uso do modo *InPrivate*. Uma das maneiras de iniciar a navegação nesse modo é clicar no botão

- (A) Arquivo, clicar na opção Segurança e clicar em *InPrivate*.
- (B) Segurança e clicar em Modo de Compatibilidade.
- (C) Arquivo e clicar em *InPrivate*.
- (D) Modo de Compatibilidade e clicar em Navegação *InPrivate*.
- (E) Nova Guia e, no corpo da página, clicar em Navegação *InPrivate*.

19. Sobre o Sistema Operacional *Windows XP*, considere:

- I. No *Windows Explorer* é possível criar atalhos para arquivos em sua área de trabalho ao clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo desejado e escolher a opção **Enviar para** e em seguida **Área de Trabalho**.
- II. Além de adicionar atalhos à área de trabalho, também é possível adicionar atalhos ao menu Iniciar. Os atalhos para os arquivos favoritos podem aparecer ao lado dos programas.
- III. Os atalhos incluem uma imagem chamada de ícone, que pode ajudá-lo a localizar o programa ou arquivo com mais rapidez. Quando você altera o tema do *Windows*, o novo tema pode incluir um conjunto de ícones personalizados que complementam a aparência da nova área de trabalho.
- IV. Os atalhos são *links* para programas, documentos, arquivos ou *sites*. Em vez de pesquisar pastas ou a Internet sempre que você quiser abrir um arquivo ou um *site* em particular, basta criar um atalho.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

20. Com a utilização do editor *Microsoft Word* é possível proteger arquivos com senhas, definindo a permissão de acesso ao arquivo, para modificação ou somente leitura. Para proteger um arquivo no *Word*, em sua versão 2010, é possível entrar no menu

- (A) Editar, clicar em Segurança e em seguida Proteger Arquivo.
- (B) Editar, clicar em Exportar e selecionar a caixa de checagem de Exportar com Senha.
- (C) Arquivo, clicar em Informações e em seguida Proteger Documento e definir o modo de proteção do arquivo.
- (D) Formatar, clicar em Propriedades e em seguida escolher Proteção.
- (E) Inserir, e clicar em Senha de Proteção.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, a Constituição da República prevê que

- (A) tanto o Tribunal Superior Eleitoral quanto os Tribunais Regionais Eleitorais terão, em sua composição, dois juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- (B) Tribunais Regionais Eleitorais, juízes de direito e juntas eleitorais terão sua organização e competência fixadas em lei ordinária, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais Eleitorais serão escolhidos pelos membros do Tribunal respectivo, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça ou juízes de direito que os integram.
- (D) o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral serão escolhidos, respectivamente, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que o integram.
- (E) os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por três anos, no mínimo, e nunca por mais de dois triênios consecutivos, sendo seus substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo.

22. Ao disciplinar a liberdade de associação, a Constituição da República

- (A) assegura autonomia para criação e organização de associações, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, ressalvada a exigência, para partidos políticos, de que haja vinculação entre candidaturas nacionais, estaduais e municipais.
- (B) veda a possibilidade de a associação ter caráter paramilitar, prevendo, especificamente em relação a partidos políticos, a proibição de se utilizarem de organizações dessa natureza.
- (C) estabelece que a criação de associações independe de autorização, ressalva feita às cooperativas e aos partidos políticos, cabendo a estes registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral da capital do Estado em que estiverem sediados.
- (D) proíbe às associações, em geral, o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras e aos partidos políticos, em especial, a vinculação ou subordinação a entidades ou governos estrangeiros.
- (E) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado, salvo disposição contrária dos atos constitutivos, especialmente em relação aos partidos políticos, conforme previsão constitucional expressa.

23. A Constituição da República prevê, igualmente, para a Advocacia-Geral da União e os Procuradores do Estado que

- (A) se organizam em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- (B) têm assegurada a garantia da inamovibilidade, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, fixadas em lei complementar federal, que organizará a instituição a que pertencem e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.
- (C) exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, exceto na execução da dívida ativa de natureza tributária, em que a representação dos Estados cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- (D) têm estabilidade assegurada decorridos dois anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- (E) são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

24. Considere as seguintes afirmações sobre as normas constitucionais relativas à criação e ao funcionamento de partidos políticos:

- I. Os partidos políticos deverão observar preceitos estabelecidos na Constituição, dentre os quais, os de possuírem caráter nacional e prestarem contas à Justiça Eleitoral.
- II. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
- III. Embora assegure aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, a Constituição prevê que seus estatutos devem estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



25. Brasileiro naturalizado, de 21 anos de idade, servidor público da administração direta federal há três anos, pretende candidatar-se a Prefeito do Município em que possui domicílio. Nessa hipótese,
- (A) se investido no mandato, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo que ocupa na administração direta, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (B) não pode candidatar-se a Prefeito, pois, para cargos de chefia do Poder Executivo, a Constituição exige, como condição de elegibilidade, que o candidato seja brasileiro nato.
- (C) preenche as condições de elegibilidade quanto à nacionalidade e idade mínima e, se investido no mandato, será afastado do cargo que ocupa na administração federal, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- (D) pode candidatar-se a Vereador, mas não a Prefeito, em função da idade mínima para tanto requerida, exigindo a Constituição, em qualquer hipótese, afastamento do cargo que ocupa na administração para exercício do mandato eletivo.
- (E) por ser servidor público estável, incorrerá em ato de improbidade administrativa ao candidatar-se, o que acarretará a suspensão de seus direitos políticos e a perda do cargo que ocupa na administração federal.

Direito Eleitoral

26. Obedecerá ao princípio da representação proporcional a eleição para
- (A) a Câmara dos Deputados.
- (B) o Senado Federal.
- (C) Governador de Estado.
- (D) Prefeito Municipal.
- (E) Vice-Prefeito Municipal.
27. De acordo com a Resolução nº 21.538/03/TSE, num título eleitoral com a numeração 123456780613, o nono e o décimo algarismos (06) indicam
- (A) o número de série do título eleitoral.
- (B) os dígitos verificadores.
- (C) o código da idade do eleitor.
- (D) a unidade da Federação de origem da inscrição.
- (E) a Zona Eleitoral em que o eleitor está inscrito.
28. Para a criação de partidos políticos, NÃO se inclui dentre as exigências legais que seus programas respeitem
- (A) o pluripartidarismo.
- (B) a soberania nacional.
- (C) o regime democrático.
- (D) a forma presidencialista de governo.
- (E) os direitos fundamentais da pessoa humana.

29. Quanto ao sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, é correto afirmar:
- (A) Nas seções em que for adotada urna eletrônica não poderão votar eleitores cujos nomes não estejam nas respectivas folhas de votação.
- (B) A Justiça Eleitoral, em razão do risco de fraude, não poderá disponibilizar aos eleitores urnas eletrônicas para treinamento.
- (C) As urnas eletrônicas deverão registrar, mediante assinatura digital, o nome de cada eleitor e o respectivo voto.
- (D) A votação e a totalização dos votos será feita exclusivamente por sistema eletrônico, não podendo a Justiça Eleitoral, nem em caráter excepcional, substituir por cédulas oficiais.
- (E) Os painéis para as eleições presidenciais serão sempre exibidos em primeiro lugar pelos painéis das urnas eletrônicas.

30. A respeito do cancelamento e da exclusão de eleitores, considere:
- I. A suspensão dos direitos políticos não acarreta o cancelamento nem a exclusão do eleitor, posto que se trata de decisão provisória que pode ou não resultar em perda.
- II. A instauração do processo não impedirá, até a exclusão, o eleitor de votar validamente.
- III. O processo de exclusão não poderá ser instaurado *ex officio* pelo Juiz Eleitoral que tiver conhecimento de alguma das causas do cancelamento, dependendo de requerimento de partido político.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

Direito Administrativo

31. A Administração Pública realizou regular licitação para contratação de obras de construção de uma unidade escolar. No curso das obras foi identificada necessidade de alteração do material previsto para implantação do sistema de esgoto, com majoração dos custos incorridos pela contratada, em razão de alteração de diretrizes pela empresa responsável pela captação e tratamento. A Administração Pública alterou unilateralmente o contrato para contemplar a adequação às novas diretrizes. Nesse caso,
- (A) deverá ser promovido o aditamento do contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que restou demonstrada a imprevisibilidade e inevitabilidade da alteração.
- (B) fica o contratado obrigado a aceitar a alteração unilateral, não sendo exigível qualquer majoração no valor uma vez que o aumento dos encargos não se deu por vontade da administração, mas sim por razões técnicas.
- (C) deverá ser rescindido o contrato e promovida nova licitação, não cabendo qualquer indenização ao contratado, tendo em vista que a Administração não deu causa à alteração e que as obras não foram concluídas.
- (D) deverá ser realizada licitação para contratação apenas da construção do sistema de esgoto, permanecendo válido o contrato para o restante da obra e reduzindo-se o objeto do contrato original e o respectivo valor a ser pago.
- (E) deverá ser formalizado o contrato com dispensa de licitação para as novas obras necessárias, como forma de promover o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.



32. A Administração Pública realizou licitação para aquisição de equipamentos hospitalares. Após a celebração do contrato com o vencedor do certame, foi identificado vício no procedimento de licitação, tendo sido declarado nulo o certame.
- Nessas condições,
- (A) a Administração Pública deverá realizar nova licitação, sendo o contratado sucedido pelo vencedor do novo certame, mantida a avença original.
 - (B) a nulidade do procedimento de licitação enseja a nulidade do contrato, podendo o contratado ser indenizado pelos serviços já executados, caso não lhe seja imputada responsabilidade pelo vício.
 - (C) a nulidade do procedimento de licitação enseja a nulidade do contrato, não cabendo indenização para o contratado em razão da presunção de culpa do mesmo pelo desfazimento da avença.
 - (D) a Administração Pública poderá manter o contrato celebrado, uma vez que a nulidade do procedimento de licitação deu-se após a assinatura da avença, não lhe alcançando efeitos.
 - (E) a Administração Pública deverá aditar o procedimento de licitação para sanar os vícios identificados, aditando, em consequência, o contrato para adequá-lo aos novos termos do edital.
33. Concluída determinada licitação, a Administração Pública entendeu por homologá-la, mas adjudicar o objeto da licitação a outro licitante, por entender que o vencedor não cumpriria o contrato adequadamente. O licitante vencedor
- (A) poderá exigir a assinatura do contrato e o início da execução da avença.
 - (B) deverá exigir a revogação da licitação, tendo em vista que a Administração não pode adjudicar o objeto do certame a outro que não ao vencedor.
 - (C) poderá exigir a adjudicação do objeto do certame em seu favor, embora a Administração ainda possa revogar a licitação por razões de oportunidade e conveniência.
 - (D) deverá pleitear indenização equivalente ao valor do contrato que seria celebrado, uma vez que tem direito subjetivo à formalização da referida avença.
 - (E) poderá exigir a realização de nova licitação, na qual concorrerá com preferência em relação aos outros.
34. Um município precisa promover a aquisição de grande quantidade de mantimentos destinados ao atendimento das vítimas das enchentes decorrentes de deslizamentos de morros causados pelas torrenciais chuvas de verão. Considerando a necessidade de urgente atendimento da população desabrigada, o município
- (A) deverá realizar licitação emergencial, reduzindo os prazos para apresentação e julgamento das propostas.
 - (B) poderá promover a aquisição emergencial com dispensa de licitação, atuando e instruindo processo administrativo nos termos da lei.
 - (C) deverá promover a aquisição emergencial com dispensa de licitação, instruindo o competente processo administrativo após o fornecimento dos bens a fim de viabilizar a regularização do contrato.
 - (D) poderá providenciar a apreensão das mercadorias dos estabelecimentos próximos, após o fornecimento e atuar processo administrativo para regular contratação da aquisição executada.
 - (E) deverá solicitar à União Federal o atendimento das vítimas da enchente, providenciando-se, na esfera federal, a contratação emergencial para aquisição dos bens.
35. No curso da execução de determinado contrato administrativo, precedido de regular licitação, o contratado veio a falecer, ensejando a
- (A) rescisão do contrato, devendo a Administração Pública indenizar os sucessores do falecido por todo o período de vigência da avença, uma vez que não houve culpa do contratado.
 - (B) manutenção do contrato, podendo o falecido ser sucedido pelo segundo colocado no certame, caso este aceite as condições em curso.
 - (C) rescisão unilateral da avença pela Administração Pública, justificando-se a decisão pelas razões de interesse público devidamente justificadas.
 - (D) manutenção do contrato, que somente será rescindido por meio de ação judicial, uma vez que não houve culpa do contratado.
 - (E) rescisão do contrato, sem culpa do contratado, eximindo-se a Administração Pública de qualquer indenização pelos prejuízos sofridos, uma vez que não deu causa à rescisão.
- Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**
36. São formas de provimento de cargo público, de acordo com a Lei Federal nº 8.112/90:
- (A) Nomeação e indicação.
 - (B) Ascensão e reversão.
 - (C) Transferência e readaptação.
 - (D) Reintegração e readaptação.
 - (E) Recondução e ascensão.
37. A um engenheiro ocupante de cargo público foi encaminhado processo administrativo para proferimento de parecer técnico. Identificou, contudo, que se tratava de processo administrativo no qual havia atuado como perito, na época contratado para tanto. Nessa situação,
- (A) deverá abster-se de atuar, comunicando o fato à autoridade superior, sob pena de cometimento de falta grave.
 - (B) poderá atuar normalmente, devendo, contudo, manter-se fiel ao entendimento proferido quando era perito.
 - (C) poderá atuar normalmente, na medida em que ocupante de cargo público goza de boa-fé, não importando a atuação anterior ao provimento.
 - (D) deverá abster-se de atuar oficialmente, podendo lançar parecer meramente opinativo e não vinculatório nos autos, cabendo à autoridade superior a decisão sobre a questão.
 - (E) poderá abster-se de atuar caso não se repute isento o suficiente para proferir parecer técnico sobre o caso.
38. Iniciado o processo administrativo por provocação do interessado, este
- (A) não poderá desistir do pedido, ainda que renuncie aos direitos invocados no processo.
 - (B) não poderá desistir do pedido se houver mais interessados no processo, sob pena de influenciar a decisão.
 - (C) poderá desistir do pedido, não atingindo os direitos dos demais interessados.
 - (D) poderá desistir do pedido, não podendo a administração prosseguir com o processo por motivo de interesse público.
 - (E) poderá desistir do processo, mas não renunciar a qualquer direito, ainda que disponível.



Administração Pública

39. Em princípio, órgãos públicos, como ministérios, não têm personalidade jurídica, no entanto,

- (A) têm capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações em nome próprio.
- (B) podem ter representação própria e ingressar em juízo, na defesa de suas prerrogativas, contra outros órgãos públicos.
- (C) podem receber de outro órgão público a titularidade de determinada competência.
- (D) podem criar entidades, a exemplo das autarquias e fundações públicas.
- (E) têm capacidade legislativa, dentro das competências a eles delegadas.

40. É dever de todo agente público

- (A) agir em favor do interesse da maioria da população independentemente da lei.
- (B) evitar qualquer ato que não esteja de acordo com seus princípios morais.
- (C) agir somente quando expressamente autorizado pela lei.
- (D) fazer somente aquilo que a lei determina, exceto nos atos discricionários.
- (E) fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, visando o bem da comunidade.

41. Com relação à conceituação da Administração Pública, considere as afirmativas a seguir:

- I. É o conjunto de órgãos constitucionais responsáveis pela função política do Estado, ou seja, compreende as atividades típicas dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário.
- II. A *Administração* não pratica atos de governo; pratica tão somente atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência dos órgãos e de seus agentes.
- III. Administração Pública abrange as atividades exercidas pelas entidades, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas.
- IV. Os poderes da Administração Pública são eminentemente instrumentais, ou seja, são instrumentos conferidos à Administração e utilizados exclusivamente com a finalidade de satisfazer o interesse público.
- V. À Administração Pública faculta-se agir somente de acordo com a Lei ou maneira a não afrontá-la, isto é, pode fazer tudo aquilo que a Lei não proíbe.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e V, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III e IV, apenas.

42. Quando o agente público atua fora dos limites de sua competência ele comete

- (A) desvio de poder.
- (B) omissão.
- (C) improbidade administrativa.
- (D) excesso de poder.
- (E) prevaricação.

43. O exercício do poder disciplinar pelo agente público pode ser considerado um poder discricionário porque, dentro dos limites da Lei,

- (A) a punição aplicada não necessita de justificativa da autoridade que a impõe.
- (B) apoia-se no dever que possui a Administração de punir internamente as infrações funcionais de seus servidores.
- (C) não exige o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (D) no seu exercício, não é necessária a apuração nem a sanção da conduta afrontosa dos deveres funcionais.
- (E) tem a liberdade de escolher a punição que entenda satisfazer a necessidade da Administração Pública.

Administração Financeira e Orçamentária

44. A lei que instituir o Plano Plurianual

- (A) compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- (B) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no anexo de Metas Fiscais.
- (C) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) poderá autorizar a realização de operação de crédito para pagamento de despesas com pessoal.
- (E) compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

45. Os Restos a Pagar

- (A) somente podem ser pagos com recursos do próprio exercício financeiro em que foram inscritos.
- (B) poderão, no último ano de mandato do titular do Poder ou órgão, ser livremente inscritos em 31 de dezembro para pagamento pelo seu sucessor.
- (C) terão a importância anulada revertida como receita do exercício de efetiva inscrição quando anulados no exercício seguinte ao que foram inscritos.
- (D) distinguem-se entre empenhados e não empenhados.
- (E) referem-se a despesas empenhadas, liquidadas ou não, e não pagas até 31 de dezembro.



46. São consideradas despesas de pessoal, para fins de apuração dos limites previstos no artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) os proventos dos inativos custeados com recursos oriundos da arrecadação de contribuições dos segurados.
 - (B) os subsídios dos agentes políticos.
 - (C) as despesas decorrentes de decisões judiciais.
 - (D) as indenizações por demissão de servidores.
 - (E) as diárias e ajudas de custo.
47. Os créditos adicionais suplementares destinam-se a
- (A) geração de superávit no exercício financeiro em que são autorizados.
 - (B) cobertura de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (C) cobertura de despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
 - (D) reforço da dotação orçamentária.
 - (E) abertura de operações de crédito para financiamento da dívida de curto prazo.
48. Considerando que um setor administrativo necessita pagar ajuda de custo para transporte a seus servidores que realizarão um curso em outro município, a despesa deverá ser realizada mediante o regime
- (A) de adiantamento, no qual, após a emissão do prévio empenho na dotação própria, o recurso será entregue a um servidor designado que se responsabilizará pelos pagamentos aos demais servidores e pela respectiva prestação de contas.
 - (B) de adiantamento aos servidores em alcance, que serão posteriormente reembolsados por seus gastos.
 - (C) normal de aplicação da despesa, realizando-se licitação para contratação dos serviços de transporte.
 - (D) de adiantamento, cujo empenho será emitido após a prestação de contas, no exato valor despendido pelos servidores.
 - (E) normal de aplicação, sendo elaborada uma nota de empenho para cada servidor beneficiário, após a liquidação da despesa.
- Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**
49. Quando do julgamento de qualquer processo verificar-se que é imprescindível decidir sobre a constitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, concernente à matéria eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
- (A) pode declarar sua inconstitucionalidade, conforme expressa previsão no Regimento Interno, mediante observância da cláusula de reserva de plenário.
 - (B) deve abster-se do julgamento, não podendo declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, em função de ser competência do Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição.
 - (C) pode declarar sua inconstitucionalidade, apesar de não haver previsão expressa no Regimento Interno, por ser órgão que integra o Poder Judiciário.
 - (D) deve suspender o julgamento do feito, para submeter a questão constitucional ao Tribunal Superior Eleitoral, conforme previsto em seu Regimento Interno.
 - (E) pode declarar sua inconstitucionalidade, apenas mediante requerimento do Procurador Regional, suspendendo o julgamento, para deliberar na sessão seguinte sobre a matéria como preliminar.
50. Relativamente às reclamações dirigidas ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, prevê seu Regimento Interno que
- (A) apenas o Procurador Regional, partido político com representação na Assembleia Legislativa ou interessados em qualquer causa atinente à matéria eleitoral estão legitimados a promover reclamação.
 - (B) o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à preservação de sua competência, se julgar procedente a reclamação.
 - (C) o Procurador Regional acompanhará os processos respectivos em todos os seus termos e terá vista das reclamações que não houver formulado, antes do prazo para informações, para que, em cinco dias, apresente parecer ou emende a representação, se necessário.
 - (D) o Relator requisitará informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de dez dias, ordenando, se necessário, para evitar dano irreparável, a suspensão do processo ou do ato impugnado.
 - (E) a reclamação poderá ter por objeto a preservação da competência do Tribunal ou a garantia das decisões do Tribunal e dos juízes eleitorais.
51. O impedimento de juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nos termos de seu Regimento Interno,
- (A) deverá ser declarado pelo juiz, verbalmente, na sessão de julgamento, se for relator ou revisor do feito, registrando-se em ata a declaração.
 - (B) deverá ser deduzido em petição fundamentada, dirigida ao Relator, assinada pela própria parte ou por advogado com poderes especiais, com a indicação das provas dos fatos arguidos.
 - (C) será ilegítimo, quando o excipiente o houver originado ou depois de manifestada a sua causa, praticar qualquer ato que importe na aceitação do impedido.
 - (D) deverá ser objeto de exceção oposta dentro de quarenta e oito horas após a distribuição, quando se referir ao relator ou ao revisor, ou até o início do julgamento, quando se referir aos demais juízes.
 - (E) poderá ser alegado em qualquer termo do processo, quando superveniente, dentro de até quarenta e oito horas do fato que o ocasionar.
- Noções de Direito Civil e Processual Civil**
52. Serão representados nos atos da vida civil
- (A) os relativamente incapazes.
 - (B) os absoluta ou relativamente incapazes.
 - (C) somente os menores de 16 anos.
 - (D) somente os menores de 18 anos.
 - (E) os absolutamente incapazes.



<p>53. Considera-se imóvel para efeitos legais</p> <p>(A) o direito à sucessão aberta.</p> <p>(B) apenas a ação que assegura os direitos reais sobre imóveis.</p> <p>(C) tudo o que se incorporar natural ou artificialmente ao solo.</p> <p>(D) somente o que se incorporar artificialmente ao solo.</p> <p>(E) somente o direito real sobre os imóveis alheios.</p>	Noções de Direito Penal e Processual Penal
<p>54. Quando a lei prescrever determinada forma para o ato processual,</p> <p>(A) em nenhuma hipótese poderá ser aproveitado, se a forma determinada tiver sido preterida.</p> <p>(B) mesmo que sob cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.</p> <p>(C) desde que sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.</p> <p>(D) somente a requerimento da parte prejudicada o juiz lhe negará eficácia, se a forma determinada não for atendida.</p> <p>(E) somente a requerimento de ambas as partes o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.</p>	<p>57. Os crimes que encerram dois ou mais tipos em uma única descrição legal denominam-se crimes</p> <p>(A) de mão própria.</p> <p>(B) complexos.</p> <p>(C) plurissubjetivos.</p> <p>(D) qualificados.</p> <p>(E) de ação múltipla.</p> <p>58. O funcionário público que subtrai o "CD-Player automotivo" de um veículo particular regularmente estacionado na via pública comete crime de</p> <p>(A) roubo.</p> <p>(B) peculato.</p> <p>(C) furto.</p> <p>(D) apropriação indébita.</p> <p>(E) roubo impróprio.</p>
<p>55. Os contratos inominados são</p> <p>(A) nulos, porque vedados expressamente pelo Código Civil.</p> <p>(B) lícitos sem necessidade de observância de qualquer disposição legal, exceto se ilícito seu objeto.</p> <p>(C) ilícitos, por contrariarem a ordem pública.</p> <p>(D) lícitos, desde que observadas as normas gerais fixadas pelo Código Civil.</p> <p>(E) apenas anuláveis, porque a lei os considera inválidos sem cominar sanção.</p>	<p>59. O crime de comunicação falsa de crime ou contravenção</p> <p>(A) não admite a forma culposa.</p> <p>(B) não pode ser praticado por funcionário público no exercício de suas funções.</p> <p>(C) exige a formalização da falsa comunicação através de documento escrito.</p> <p>(D) só ocorre se a comunicação tiver sido dirigida a autoridade policial.</p> <p>(E) só se consuma quando tiver sido instaurado inquérito policial a respeito.</p>
<p>56. Denomina-se coisa julgada material</p> <p>(A) a eficácia que torna imutável a sentença que julga a lide com ou sem resolução de mérito.</p> <p>(B) a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.</p> <p>(C) o fenômeno que torna imutável qualquer decisão judicial não mais sujeita a recurso.</p> <p>(D) a eficácia natural da sentença, sujeita ou não a recurso.</p> <p>(E) a consequência advinda da prolação da sentença proferida por juiz competente.</p>	<p>60. O inquérito policial, em regra, deverá terminar no prazo</p> <p>(A) estabelecido pela autoridade policial, tendo em vista a complexidade das investigações.</p> <p>(B) de 10 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente ou em flagrante.</p> <p>(C) de 20 dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.</p> <p>(D) de 30 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente ou em flagrante.</p> <p>(E) de 60 dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.</p>

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções:**

Conforme Edital deste Concurso, item 6 do **Capítulo IX. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

*Num episódio de **Esau e Jacó**, Batista recebe a notícia de que os liberais haviam assumido o poder no lugar dos conservadores, quando ele tinha esperança de assumir a presidência de uma província. Sua mulher, D. Cláudia, não hesita em sugerir-lhe a troca de partido, argumentando: “Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha.”*

(Machado de Assis, **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Garnier, 1988, p.103)

A disciplina não há de entender-se como obediência cega aos ditames dos órgãos partidários, mas respeito e acatamento do programa e objetivos do partido, às regras de seu estatuto, cumprimento de seus deveres e probidade no exercício de mandatos ou funções partidárias, e, num partido de estrutura interna democrática, por certo que a disciplina compreende a aceitação das decisões discutidas e tomadas pela maioria de seus filiados-militantes.

(José Afonso da Silva, **Curso de direito constitucional positivo**, S.Paulo: Malheiros, 2000, p.409, cit. em www.institutoideias.org.br/pt/projeto/sistema_partidario.pdf)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Os partidos políticos e a fidelidade partidária

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	